

## Rio



REVIRAVOLTA  
PM é preso e, depois, liberado pela Justiça

Acusado de participar da morte do cabo Vaneza Lobão foi solto após depoimento



PELA MÍLITIA ABOLIDA

# LUCINHA FICA

## Alerj derruba decisão judicial que tinha afastado a deputada; caso vai para Conselho de Ética



De volta. A deputada Lucinha é investigada por suposta ligação com a milícia

FELIPE GRINBERG E  
ROBERTA DE SOUZA  
grinberg@globo.com.br

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou ontem o retorno da deputada Lúcia Helena Pinto de Barros, a Lucinha (PSD), à Casa. Por 52 votos a 12, foi derrubada a decisão judicial que tinha afastado a parlamentar, investigada por supostas ligações com a quadrilha do miliciano Luis Antônio da Silva Braga, o Zinho. Ela poderá voltar ao trabalho, mas terá que enfrentar um processo por quebra de decoro no Conselho de Ética, que pode resultar em punições que vão de censura verbal a cassação.

—O trabalho foi técnico e não político. É essa a função do Poder Legislativo, que fomos com respeito às polícias, ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, do Ministério Público) e ao Poder Judiciário. Não permitimos nenhum tipo de interferência do outro Poder, atropelando o jogo para a plateia. Nossa finalidade não é proteger ninguém ou algo de errado. Fazer o certo é dar o direito das pessoas de se defenderem antes de qualquer punição — disse o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (PL), após a votação.

### 'MADRINHA' DA MÍLITIA

As investigações da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público, apontam que integrantes da milícia chamavam Lucinha de "madrinha". O grupo pedia para ela usar sua influência e beneficiar os negócios da quadrilha, ou sugerir a troca do comandante de um batalhão da PM na Zona Oeste ou mudanças no esquema de vans legais na região. Haveria indícios ainda da prática de "rachadinha" no gabinete da parlamentar. Em dezembro, o desembargador Benedito Abicair, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afastou a deputada do cargo, a pedido do MP/RJ, mas determi-



Plenário. Os deputados estaduais durante a votação do parecer favorável à volta de Lucinha (PSD) à Alerj por 52 votos a 12. Foi suspenso o afastamento da parlamentar determinado pela Justiça

nou que essa decisão passasse pelo plenário da Alerj.

O caso foi apreciado inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que, por seis votos a um, aprovou na véspera o parecer votado ontem em plenário. Alguns integrantes do grupo tentaram, sem sucesso, um meio-termo: afastamento de três ou quatro meses, em vez de tempo indeterminado decidido pela Justiça. Essa emenda foi apresentada ontem no plenário e não passou porque a avaliação foi de que seria juridicamente inviável.

—É reprovável qualquer relação com a milícia, mas avaliamos aqui somente o dispositivo que faz menção ao exercício do mandato. Defendemos o andamento do processo para que, com mais elementos, possa auxiliar a tomada de decisão pelo Conselho de Ética — disse o relator do caso e presidente da CCJ, Rodrigo

**Conselho de Ética terá até 135 dias**

> O Conselho de Ética enviará cópia da representação contra Lucinha, que terá dez dias para apresentar defesa por escrito, indicar até cinco testemunhas e as provas que deseja produzir no processo. Ela poderá acompanhar pessoalmente os atos da comissão.

> Depois da apresentação da defesa, o relator terá 60 dias, prorrogáveis por igual período, para fazer a instrução do processo, quando poderá fazer diligências e perícias. Para apuração dos fatos, o conselho pode pedir auxílio de outras autoridades públicas e até a quebra de sigilos.

> Ao fim, o relator vai

emitir um parecer, que será votado em até cinco dias.

> O parecer deverá ser pelo arquivamento ou por alguma punição, como a cassação do mandato.

> Na sessão de votação no conselho, Lucinha terá até 30 minutos para a defesa oral. Os membros podem discutir o parecer e as alegações da defesa. A votação será aberta, nominal e por maioria absoluta.

> No plenário, a suspensão temporária do exercício do mandato e a perda de mandato precisam ser aprovadas em sessão aberta e por maioria absoluta de votos (36 deputados).

Amorim (PTB).

Quem votou a favor da colega de Alerj alegou que não houve denúncia do Ministério Público e que a falta de definição do tempo de afastamento seria uma "cassação de mandato" antecipada. Os cinco deputados do PSOL, três do PT, e dois do PSB, além de Dani Balbi (PC do B) e Martha Rocha (PDT), votaram pelo afastamento.

—Esse não é um foro jurídico. Os posicionamentos aqui são políticos. Não votamos para condená-la, mas concordamos com uma medida cautelar porque um possível envolvimento de um deputado com a milícia pode prejudicar a investigação — disse o líder do PSOL na Alerj, Yuri.

Cinco deputados, além de Lucinha, que estava proibida pela Justiça de entrar na Alerj, não votaram na sessão de ontem. Delegado Carlos Augusto (PL) afirmou não ter participado às últimas sessões por

doença na família. Já Renato Machado (PT) disse que teve problemas para se conectar remotamente, mas pediu para consignar seu voto a favor de Lucinha. Procurador, Doutor Pedro Ricardo (PROS) e Filipe Soares (União) não justificaram a falta. Carla Machado (PT) está de licença.

### CONSELHO DE ÉTICA

Caberá aos sete deputados do Conselho de Ética analisar as acusações contra Lucinha, mas a decisão sobre o destino da parlamentar caberá mais uma vez ao plenário. Os casos mais recentes de cassação na Alerj ocorreram em 2008, quando Alvaro Lim, Renato do Puto e Jane Cozzolino perderam seus mandatos.

—Vamos nos reunir com a procuradoria da Alerj para definir o critério. É um fato novo e temos 120 dias para concluir o processo — disse o presidente do conselho, Julio Rocha (Agir).

## Zinho é levado para primeira audiência no Fórum do Rio

Sob forte esquema de segurança, paramilitar esteve no Tribunal de Justiça, mas não depôs: oito testemunhas foram ouvidas

MARCOS NUNES  
nunest@uol.com.br

Luis Antônio da Silva Braga, o Zinho, acusado de comandar a milícia que domina várias regiões da Zona Oeste do Rio, foi levado ontem ao Tribunal de Justiça do Rio, no Centro, para participar da audiência de instrução e julgamento no processo a que responde com outros 15 réus — ele foi o único presente.

O transporte do paramilitar, do complexo prisional de Gerência até o Fórum, demandou esquema reforçado de policiamento, que incluiu, dentro do prédio, o isolamento do corredor de acesso à sala de audiência no TJ. A entrada de edifício foi guardada por duas patrulhas da Polícia Militar e uma da Polícia Civil, enquanto outros três veículos da PM e um da Secretaria de Administração Penitenciária fi-

caram perto da garagem — dali, os presos são levados até a carceragem, onde ficam antes dos depoimentos.

Os réus são acusados de constituir, organizar e integrar organização paramilitar com finalidade de praticar crimes como extorsões, roubos, receptação e homicídios, entre outros delitos. Nessa primeira fase processual, Zinho apenas assistiu ao depoimento de oito testemu-

nhas — uma de acusação e sete de defesa — e não se manifestou. Ele está preso desde o dia 24 de dezembro, quando se entregou à Polícia Federal. A audiência na 1ª Vara Especializada da Capital estava prevista para as 14h, mas começou com atraso. Outro nome no grupo denunciado pelo Ministério Público é Rodrigo dos Santos, o Latrell, que está preso desde março de 2022, quando foi captura-

do em São Paulo.

Latrell é apontado pela polícia como braço direito de Zinho e o principal homem de guerra da quadrilha. Entre os delitos a que responde no processo, o então chefe da milícia é citado por ordenar que seu bando usasse carros roubados e clonados para realizar levantamentos de informações sobre bancos rivais, que depois seriam elimina-

dos. A investigação também aponta o miliciano como responsável por ordenar a cobrança de taxas de segurança de vítimas diversas, entre elas comerciantes, mototaxistas e até vendedores ambulantes.

Zinho ainda é acusado de comandar um esquema de corrupção de agentes de segurança pública. Segundo a investigação, ele teria orientado o pagamento de propina a policiais civis, militares e penais que, em troca, teriam de repassar informações sobre operações policiais nas áreas onde a quadrilha explora os negócios da milícia.